

**ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL
NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES
INTERPOSTOS PELA OFENSIVA
ULTRANEOLIBERAL**

**STATE, SOCIAL POLICIES AND SOCIAL SERVICES IN
BRAZIL: CHALLENGES AND CONTRADICTIONS
INTERPOSED BY THE ULTRANEOLIBERAL OFFENSIVE**

Pedro Henrique Almeida Bezerra¹

RESUMO

O artigo discute a relação entre o Estado moderno, as políticas sociais e o Serviço Social no Brasil, considerando as transformações históricas do capitalismo e suas contradições. Seu objetivo é refletir criticamente sobre como o Estado, como expressão da dominação de classe, articula essas políticas e o Serviço Social, bem como os impactos das mudanças contemporâneas. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica para fundamentar a análise. Os principais resultados mostram que o Serviço Social atua como uma mediação entre o Estado e a sociedade, lidando com tensões sociais enquanto mantém a reprodução da força de trabalho, evidenciando os desafios impostos pela ofensiva ultraneoliberal atual. O estudo conclui pela necessidade de a categoria profissional reforçar seu projeto ético-político para enfrentar os desafios impostos por este contexto.

Palavras-chave: Estado; políticas sociais; Serviço Social; neoliberalismo.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the modern state, social policies, and social services in Brazil, considering the historical transformations of capitalism and their contradictions. Its objective is to critically reflect on how the state, as an expression of class domination, articulates these policies and social services, as well as

¹Assistente Social. Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: 0000-0002-4611-5626. E-mail: pedroalmeidaseso@gmail.com

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

the impacts of contemporary changes. The methodology adopted is qualitative, based on a literature review to support the analysis. The main results show that social services act as a mediator between the state and society, addressing social tensions while maintaining the reproduction of the workforce, highlighting the challenges posed by the current ultraneoliberal offensive. The study concludes that the professional category needs to reinforce its ethical-political project to face the challenges imposed by this context.

Keywords: state; social policies; social services; neoliberalism.

INTRODUÇÃO

Partimos do entendimento do Estado moderno essencialmente atrelado à burguesia, uma vez que ele está intrinsecamente ligado à classe dominante. Sua configuração histórica revela um processo marcado por elementos de ruptura e continuidade em relação ao absolutismo do Antigo Regime. Antes da Revolução Industrial, o Estado assumia predominantemente a forma monárquico-absolutista, concentrando o poder nas mãos da monarquia e do clero. Nesse contexto, a burguesia comercial encontrava-se submetida à dominação política e econômica desse modelo estatal (Netto; Braz, 2021).

A continuidade entre o Estado absolutista e o burguês manifesta-se na preservação de determinadas estruturas, como a centralização do poder político e a manutenção de uma maquinaria institucional voltada à ordenação da vida social e das relações econômicas. Por outro lado, a ruptura ocorre na medida em que o Estado burguês desarticula a intensa intervenção econômica característica do absolutismo, que representava um obstáculo ao livre desenvolvimento do comércio e à expansão capitalista. Inspirado pelos ideais do liberalismo econômico, esse novo modelo estatal defende que o mercado deve operar segundo suas próprias regras, livre das restrições impostas pelo soberano (Netto; Braz, 2021).

A partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, a burguesia conduz uma profunda transformação na sociedade e no Estado, substituindo a estrutura absolutista por uma configuração burguesa moldada segundo seus interesses. O Estado moderno e contemporâneo, portanto, nasce do próprio processo de ascensão da burguesia. Desde então, ele tem atuado como um aliado fundamental da classe dominante, favorecendo a expansão do

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

capitalismo, assegurando a acumulação de capital e reforçando as bases do modo de produção capitalista (Netto; Braz, 2021).

A ascensão do capitalismo esteve diretamente vinculada à reorganização da vida social, especialmente por meio da regulamentação do trabalho, o que abriu caminho para o pleno desenvolvimento da produção burguesa. Nesse contexto, o Estado burguês mobilizou a sociedade como um todo, adotando medidas que, historicamente, forçaram a população a migrar do campo para as cidades, a fim de vender sua força de trabalho (Netto; Braz, 2021).

Um exemplo emblemático é a chamada Lei dos Cercamentos (Enclosure Acts) da Inglaterra do século XVII. Ela permitiu que os grandes donos de terra realizem o cercamento de suas propriedades onde anteriormente os camponeses realizavam a agricultura e o pastoreio. Dessa forma, esses viram-se forçados a migrarem para as cidades para trabalharem nas fábricas. Já a Lei dos Pobres (Poor Law), configurou-se como um conjunto de regulamentações criadas na Inglaterra do século XVII, tendo sua principal versão a “Lei de Assistência aos Pobres” de 1601. Possuía ação coercitiva que visava punir a “vagabundagem”. Os pobres que não conseguiam inserção no mercado formal de trabalho eram recebidos em “casas de trabalho” em que recebiam assistência (Martinelli, 2024).

Este artigo tem como objetivo refletir criticamente sobre a relação entre o Estado, as políticas sociais e o Serviço Social no Brasil, à luz das transformações históricas do modo de produção capitalista e das contradições inerentes à organização da sociedade brasileira. A partir de uma abordagem fundamentada no materialismo histórico-dialético, buscou-se compreender como o Estado moderno, enquanto expressão da dominação de classe, articula políticas sociais que, ao mesmo tempo em que respondem às expressões da questão social, servem à reprodução das condições de exploração e controle social. Além disso, buscou-se refletir sobre os impactos das transformações na sociedade contemporânea sobre as políticas sociais e o Serviço Social.

O Serviço Social, enquanto profissão historicamente vinculada às políticas sociais, emerge nesse cenário como mediação técnica e política entre Estado e sociedade. A prática profissional se configura em meio às contradições sociais, expressando tensões entre os projetos societários em disputa. Com base nesse referencial, o presente artigo desenvolve uma reflexão crítica sobre os fundamentos históricos, ideológicos e estruturais que compõem a

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

atuação do Serviço Social e os desafios colocados pela ofensiva ultraneoliberal na contemporaneidade.

A metodologia de pesquisa utilizada possui natureza qualitativa. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa preocupa-se em apreender os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes localizados em extratos mais profundos das relações sociais, os quais não podem ser quantificados. Utilizou-se como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica, em que foram elencados autores clássicos que discutem a temática para construir um panorama teórico conceitual sobre a mesma. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica utiliza materiais que já sofreram algum tipo de análise ou tratamento, como artigos científicos, livros, monografias, dissertações e teses.

Para a construção do panorama teórico, foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas de autores de referência no Serviço Social brasileiro (exemplo: Marilda Yamamoto, José Paulo Netto, Elaine Behring) e na teoria política (exemplo: Gramsci), identificadas a partir de sua recorrência e centralidade na literatura da área. A análise consistiu na leitura crítica e interpretativa dessas obras, visando sintetizar e articular seus conceitos centrais para compor a argumentação do presente artigo. Vejamos a seguir um resgate sócio-histórico dos fundamentos do Estado moderno, sua configuração na contemporaneidade e relação com o Serviço Social e com as políticas sociais.

1. ESTADO MODERNO GRAMSCIANO

O Estado exerce um papel corretivo e decisivo no favorecimento do desenvolvimento capitalista. É importante compreender a noção de hegemonia em Gramsci (2023) como um fundamento essencial para a análise do Estado capitalista. Segundo o autor, a hegemonia refere-se ao processo pelo qual uma determinada ideologia, núcleo de poder ou organização consegue criar consenso e promover o diálogo entre diferentes setores da sociedade, mesmo diante de divergências. Essa capacidade de conciliação é central para a manutenção do Estado burguês.

A burguesia, enquanto classe dominante, estabelece dois tipos de relação com os demais setores da sociedade: uma vinculação de consenso com aqueles que compartilham

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

seus interesses e uma relação de força e dominação com aqueles que se opõem a eles. A hegemonia fundamenta-se justamente nesses dois pilares: consenso e força (Gramsci, 2023).

A força, nesse sentido, nem sempre é aplicada de forma direta; muitas vezes ela se mantém apenas como potencial ou ameaça. Por exemplo, o exército, ainda que raramente utilizado, é indispensável para garantir a integridade do Estado-nação. Da mesma forma, a presença da polícia serve tanto para coibir atos considerados criminosos quanto para manter a ordem por meio da intimidação implícita. Paralelamente, o consenso é produzido por meio da capacidade de conciliar diferenças, abrir canais de diálogo e manter a dominação de classe de forma que a sociedade permaneça em relativo equilíbrio (Gramsci, 2023).

O consenso, no contexto da hegemonia, resulta de uma combinação entre força e aceitação social, articulada de modo a não permitir que a força suplante excessivamente o consenso. Ao contrário, busca-se apresentar a força como legitimada pela aprovação da maioria. Esse processo é capcioso, pois cria a aparência de que o uso da força é chancelado pela opinião pública (Gramsci, 2023).

Gramsci (2023), inspirado em Maquiavel (2014), especialmente na obra “O Príncipe”, ressalta que, para manter-se no poder, o governante deve ser capaz de construir esse sentimento de hegemonia. Isso implica promover uma espécie de equilíbrio social a partir da conjugação entre consenso e força, fazendo parecer que a coerção é respaldada pela vontade coletiva. Ainda que consenso e opinião pública não sejam conceitos idênticos, esta última geralmente expressa a direção hegemônica vigente na sociedade, frequentemente associada ao chamado “senso comum”.

Segundo o pensamento de Gramsci (2023), o Estado pode ser entendido como “Estado integral” ou “Estado ampliado”, correspondendo à chamada superestrutura, composta por dois pilares: a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil, nesse sentido, não deve ser entendida como a sociedade em seu conjunto, mas sim como a sociedade civil organizada – formada por instituições, movimentos e organizações que exercem influência na formação da opinião pública e na construção do consenso. Já a sociedade política corresponde ao conjunto de instituições e órgãos diretamente responsáveis pela distribuição e exercício do poder, sendo o espaço em que se concentram as funções coercitivas e regulatórias do Estado. Para o autor, portanto, o Estado se estrutura a partir dessa articulação entre sociedade civil e

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

sociedade política, formando uma superestrutura que integra elementos de consenso e de força, característica central do Estado burguês.

2. POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

Essa revisão conceitual sobre o Estado permite situar a discussão sobre as políticas sociais. Tais políticas se consolidam no processo de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (Netto, 2017a). Nesse contexto, a chamada “questão social” deixa de ser tratada apenas como caso de polícia e passa a ser enfrentada por meio de ações de política pública.

A “questão social” pode ser entendida como o conjunto de desigualdades provenientes da sociedade capitalista madura. Ela traduz o descompasso entre a produção coletiva dos bens de consumo e apropriação privada dos lucros dela proveniente. Essa relação pressupõe a existência daqueles denominados detentores dos meios de produção polarizados pelos despossuídos que apenas detém sua força de trabalho como meio de sobrevivência. O processo de pauperização – marcado pela fome, pela pobreza, pelas precárias condições de vida e pelas péssimas condições de trabalho – constituem expressões da questão social, cuja raiz está nas desigualdades estruturais geradas pelo capitalismo, especialmente pela apropriação privada do trabalho. Nesse sentido, a luta e resistência das classes que vivem do trabalho as colocam como sujeitos ativos da história e não meros objetos passivos de controle do capital (Iamamoto, 2022).

No Brasil, as políticas sociais se consolidam a partir da década de 1920, momento marcado pelo aprofundamento e agravamento das expressões da questão social. Esse cenário foi fortemente influenciado pelo avanço da industrialização e pela intensa migração do campo para as cidades, fenômeno que gerou sérios problemas urbanos, tais como déficit habitacional, falta de saneamento básico, precariedade nos serviços de saúde e diversas outras demandas decorrentes de um processo de urbanização desordenado (Iamamoto; Carvalho, 1983).

Na década de 1930, a questão social atinge um momento de eclosão no país: de um lado, a classe trabalhadora – principalmente os ferroviários –, por meio de suas lutas e reivindicações, torna públicos as expressões da questão social; de outro, o Estado burguês, em

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

consonância com os interesses do capital, adota políticas sociais não como concessões desinteressadas, mas como mecanismos de compensação dos efeitos mais visíveis dessas desigualdades. O objetivo central era assegurar a sobrevivência do trabalhador, garantindo que ele pudesse continuar vendendo sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, manter o consenso social. Assim, as políticas sociais podem ser compreendidas simultaneamente como estratégias estatais de reprodução e manutenção da força de trabalho e como conquistas resultantes da organização e mobilização da classe trabalhadora (Iamamoto; Carvalho, 1983).

Nesse contexto, a “questão social” manifesta-se como resultado dos intensos processos de industrialização e urbanização vividos pelo Brasil, especialmente nas décadas de 1930 e 1940. É nesse cenário que surge o Serviço Social, enquanto profissão, demandado pelo Estado para atuar, em articulação com as políticas sociais, na execução dessas ações enquanto direitos. Conforme destaca José Paulo Netto (2017a), o Serviço Social ocupa, nesse momento, um papel de executor terminal das políticas sociais formuladas pelo Estado.

A eclosão da questão social no Brasil, decorre do agravamento da desigualdade estrutural inerente ao capitalismo. Essa desigualdade social não é um acidente ou efeito colateral, mas sim um de seus pilares fundamentais. Enquanto houver capitalismo, haverá desigualdade social. Como lembra Marilda Iamamoto (2022), a superação dessa desigualdade só será possível mediante a superação do próprio sistema capitalista.

A questão social é inerente ao capitalismo, constituindo-se como parte indissociável de sua dinâmica. As políticas sociais, assim como as lutas, o engajamento e os movimentos sociais pela conquista de direitos, representam esforços que caminham na contramão da lógica do sistema capitalista. No entanto, é preciso compreender que a superação da desigualdade e do conjunto de expressões da questão social somente será possível com o advento de uma nova forma de sociabilidade.

Historicamente, as políticas sociais surgiram como resposta ao agravamento da questão social, a qual se tornou pública por meio das mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora, conforme já sinalizado. No Brasil, um exemplo marcante foi a criação, na década de 1940, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), liderada pela primeira-dama Darcy Vargas. A LBA nasceu fortemente marcada pelo “primeiro-damismo”, com

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

características de assistencialismo e clientelismo que acompanharam o desenvolvimento inicial da assistência social no país (Iamamoto; Carvalho, 1983).

Durante a Era Vargas (1930 a 1945) tivemos o avanço dos direitos do trabalho, principalmente na lógica da regulação e controle da classe trabalhadora. Esse período foi sucedido por um momento democrático (1945 a 1964) que foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964. Durante o período de autocracia burguesa vivemos um momento de truculência e limitação dos direitos civis e políticos, em detrimento ao avanço de políticas econômicas e compensatórias pontuais que configuraram o chamado “milagre econômico” (Netto, 2017b).

Na contemporaneidade o contexto social e econômico é marcado pela doutrina do neoliberalismo. Esse modelo ideopolítico e econômico adota diretrizes voltadas para o desmonte das políticas sociais, a redução de seu alcance e a privatização de serviços anteriormente públicos. Tais orientações encontram respaldo em instrumentos internacionais, como o Consenso de Washington (1989) e o Acordo de Marrakesh (1994), que direcionam políticas econômicas no âmbito global e impõem sanções aos países que não as implementam (Iamamoto, 2008). No Brasil, esse processo teve início durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e se desdobrou durante os governos seguintes.

No caso do primeiro e segundo governo Lula (2003 a 2010), parcela das análises apontam que a administração priorizou a concessão de benefícios de transferência de renda, em detrimento da construção de políticas sociais estruturadas com base em avaliação de impacto de programas e projetos. Um exemplo emblemático é o Programa Bolsa Família (PBF), que representou uma resposta imediata às necessidades da população, mas sem mudanças estruturais profundas. Apesar disso, o lulismo conseguiu, em certa medida, conciliar interesses de diferentes classes sociais, gerando consenso e estabelecendo hegemonia, ao atender parcialmente demandas da classe trabalhadora enquanto mantinha a lógica imposta pelo Consenso de Washington e os interesses da burguesia. No contexto das políticas sociais brasileiras, o governo Lula conseguiu, razoavelmente, conciliar interesses distintos, equilibrando demandas da população e interesses da classe dominante. No entanto, esses avanços ocorreram de forma parcial e não ideal, o que gerou críticas. Por essa razão, seu

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

governo ficou associado a um modelo denominado “neodesenvolvimentismo” com aspectos sociais (Behring, 2018).

Observando o Estado brasileiro na contemporaneidade, é possível compreendê-lo como um Estado historicamente aliado da burguesia. Essa construção possui características peculiares, marcadas por um passado de escravidão e pela violência contra pessoas negras, indígenas e racializadas. O Estado brasileiro emergiu em um contexto específico de colonização, baseado no domínio das capitâneas hereditárias, na concentração fundiária e na atuação das oligarquias, refletindo um processo histórico de apropriação e controle do território que se estende desde a colonização até os dias atuais. Esses desdobramentos históricos continuam a influenciar a estrutura social, econômica e política do país, configurando desigualdades que persistem na contemporaneidade e que determinam a atuação do Estado brasileiro (Santos, 2017).

O livro “Sobre o Autoritarismo Brasileiro”, de Lilia Schwarcz (2019), aborda a formação do Brasil como um país marcado por traços autoritários. A autora discute dimensões históricas e estruturais, como a escravidão, o racismo, o mandonismo, o patrimonialismo, a corrupção, a desigualdade social, a violência, bem como as desigualdades de raça e gênero e a intolerância, relacionando esses elementos ao longo da história brasileira. Ela examina o período colonial, o Brasil Império e a atuação do Estado enquanto entidade absolutista, evidenciando como já apresentava práticas de corrupção, clientelismo e patrimonialismo. O livro constitui uma referência central para compreender as tendências autoritárias do Estado brasileiro e sua persistência até os dias atuais.

Nesse sentido, o contexto histórico da colonização exerce um papel determinante na configuração do Estado moderno brasileiro, que se apresenta como facilitador do processo de acumulação capitalista e, em momentos de crise, atua em apoio aos interesses de grupos econômicos, como os banqueiros. O capitalismo os favorece, especialmente por meio do pagamento de juros e da amortização da dívida pública, recursos que vão diretamente para o setor financeiro (Behring, 2022). No contexto contemporâneo, observa-se, por exemplo, o aumento da taxa de juros básica da econômica, conhecida como Selic, e outras medidas econômicas que beneficiam diretamente os bancos.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

Conforme a perspectiva de Gramsci (2023), o Estado, no seu aspecto integral ou ampliado – também entendido como superestrutura – atua como mediador social, buscando atender aos conflitos e interesses diversos. Embora seja um Estado burguês, cuja função é favorecer a acumulação capitalista, ele está sujeito à pressão da sociedade civil organizada. O Estado é obrigado a absorver as demandas sociais, mesmo que de forma parcial e superficial, pois a sociedade civil é elemento central na garantia da hegemonia e legitimidade estatais.

A luta da classe trabalhadora e as pressões sociais conseguiram alçar várias conquistas ao longo da história, é possível citar como exemplos os direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988 (Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social), na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo (Cobaito; Cobaito, 2022). Nesse sentido, mostra-se fundamental reafirmar a importância da luta pela manutenção desses direitos, sobretudo diante do contexto atual de avanço do neoliberalismo, que busca negar e desmontar políticas sociais.

A reestruturação produtiva global e a mundialização do capital fragilizaram a classe trabalhadora. O toyotismo, com a introdução de avanços tecnológicos e a racionalização do trabalho, resultou em drástica redução de postos de trabalho. Esse processo se desdobra na contemporaneidade com a “uberização”, caracterizada pela plataformização, desproteção e informalização do trabalho, empurrando um contingente de trabalhadores para o subemprego e informalidade, ampliando ainda mais o chamado “exército industrial de reserva” e aumentando exponencialmente a precarização do trabalho (Antunes, 2020).

O ultraneoliberalismo, forma mais letal e incisiva do neoliberalismo, tem promovido um desmonte das políticas sociais, exemplificado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos e congelou investimentos sociais. Esse contexto inclui também Reformas Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e Previdenciária (Emenda Constitucional nº 103/2019), pressões por privatizações e a reforma administrativa, que propõe mudanças regulatórias impactando diretamente o mundo do trabalho. Além disso, observa-se uma redução do orçamento da Seguridade Social e a intensificação do gerencialismo da pobreza, que faz incidir políticas assistencialistas de forma restrita sobre os mais pobres (Behring, 2020).

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

3. IMPACTOS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social emerge e desenvolve-se no seio do desenvolvimento do capitalismo monopolista, articulando-se às políticas sociais e à necessidade do Estado de reconhecer e responder às expressões da questão social por meio dessas políticas. O Estado, como maior empregador da profissão, mantém o Serviço Social entrelaçado a suas ações (Iamamoto; Carvalho, 1983).

O trabalho da categoria é impactado pelos processos de reestruturação produtiva, mundialização do capital e uberização. Na contemporaneidade, a “questão social” torna-se objeto de intervenções realizadas por organizações do terceiro setor e por segmentos da sociedade civil, sobretudo diante do desmonte das políticas sociais e da negação de direitos. Esse contexto abre espaço para ações filantrópicas e benemerentes, que passam a atender demandas sociais anteriormente assumidas pelo Estado (Iamamoto, 2022).

O influxo de correntes epistemológicas da pós-modernidade trazem impactos para o Serviço Social, sobretudo ao enfraquecer a visão de totalidade. Uma das principais críticas à pós-modernidade é que ela fragmenta a realidade, deixando de compreender o trabalhador, a sociedade e o mundo do trabalho em sua completude. Essa compartimentação resulta na perda da noção de grandes narrativas, da sociedade de classes e das inter-relações sociais (Iamamoto, 2022).

Esses elementos têm consequências diretas para o trabalho profissional. O projeto ético-político do Serviço Social, embora hegemônico, encontra-se em constante disputa, sofrendo ataques que refletem na atuação cotidiana da categoria. O messianismo e o fatalismo são manifestações dessa fragilização da visão de totalidade: 1) O messianismo refere-se à postura de alguns profissionais que assumem o papel de “salvadores”, acreditando que podem realizar transformações radicais ou resolver todos os problemas sociais individualmente; 2) O fatalismo se manifesta em profissionais conformados, que acreditam que mudanças são impossíveis e limitam sua atuação a tarefas técnicas ou burocráticas, reproduzindo estruturas existentes sem contestá-las. Ambas as posturas comprometem o projeto ético-político, demonstrando a necessidade de manter a perspectiva histórico-crítico, capaz de integrar a

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

compreensão da totalidade social e orientar práticas profissionais coerentes com os princípios do Serviço Social (Iamamoto, 2022).

O projeto ético-político e a direção ética da profissão precisam ser constantemente reafirmados, especialmente em momentos de aprofundamento do desmonte das políticas sociais, agravamento das expressões da “questão social”, incentivo ao voluntariado e cortes no financiamento, associados ao gerencialismo da pobreza. É central que a atuação profissional esteja atenta a esses processos e resgate sua historicidade, de modo a possibilitar a formulação de alternativas adequadas à realidade social (Teixera; Braz, 2009).

O crescimento do contingente profissional, decorrente da expansão das faculdades privadas e de cursos de Educação a Distância (EAD), apresenta um desafio para a formação do Serviço Social. Muitas dessas instituições não seguem integralmente os parâmetros de formação profissional preconizados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o que contribui para a criação de um “exército assistencial de reserva”, conceito abordado por Iamamoto (2022). Esse fenômeno alimenta o chamamento ao voluntariado e à solidariedade em um contexto marcado pela assistencialização das políticas sociais.

Pesa ainda sobre a formação e atuação profissional a incidência das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). A plataformização das políticas sociais, como no caso do “INSS Digital” e aplicativo “Meu INSS” que interpõem limitações importantes a prática profissional dos técnicos e analistas, bem como a população usuária dos serviços. A plataformização do acesso a benefícios como as aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), tendem a cercear o acesso aos direitos socialmente garantidos, pois em grande parte dos casos a população ou não tem acesso e/ou tem dificuldade para manusear os aplicativos (Bezerra; Lima, 2024).

Outra problemática diz respeito a uso indiscriminado da Inteligência Artificial (IA), principalmente nas suas formas de chatbot, a exemplo do ChatGPT. Em setembro de 2024, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2024) lançou nota destacando a impossibilidade do uso do termo “Assistente Social” para denominar chatbot de inteligência artificial. Na ocasião, foi veiculado através da rede social Instagram, um atendimento digital chamado de “Assistente Social Virtual”. Tal cenário aponta a problemática de uso irregular do termo

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

“Assistente Social” que se configura como privativo dos bacharéis em Serviço Social com registro profissional nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além disso, mostra-se inadequado um atendimento em matéria de Serviço Social que não seja executado por profissional qualificado e habilitado na forma da lei que regulamente a profissão – Serviço Social (Lei nº 8.662/1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que a categoria esteja atenta a essas dinâmicas, refletindo sobre os impactos dos desafios interpostos ao Serviço Social na contemporaneidade no seio estatal e das políticas sociais. A atuação do Estado contemporâneo deve ser analisada nesse contexto, considerando suas manifestações de autoritarismo, mandonismo, patrimonialismo e outras estruturas históricas que se originam desde o período colonial, passando pelo Brasil Império e República. Compreender esses processos é essencial para orientar o Trabalho de Assistentes Sociais e suas estratégias de intervenção.

O presente artigo buscou realizar uma revisão crítica de conceitos clássicos debatidos no interior do Serviço Social, como a perspectiva gramsciana de Estado e o cenário de consolidação das políticas sociais na sociedade capitalista madura. Buscou-se também realizar uma breve reflexão sobre o cenário de surgimento do Serviço Social e sua relação indissociável com as estruturas estatais e sua atuação majoritária junto as políticas públicas sociais.

O contexto contemporâneo é marcado pela ofensiva ultraneoliberal, pelo avanço das epistemologias pós-modernas e incidência agressiva das novas TIC's, a exemplo das IA's, sobre a sociedade – como um todo – e sobre a profissão – especificamente, mostram-se como desafios importantes a serem observados nos dias hodiernos. Sinaliza-se a preocupação com o avanço desses fatores sobre a categoria profissional e a necessidade de pensar estratégias coletivas para enfrentar tal cenário.

Diante dos desafios interpostos pelo ultraneoliberalismo, como o desmonte de políticas sociais e a precarização do trabalho, mostra-se urgente a necessidade dos/as assistentes sociais reafirmarem seu projeto ético-político. A abordagem histórico-crítica,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

capaz de desvelar a totalidade social, é a resposta central para orientar práticas profissionais coerentes e enfrentar o contexto de fragmentação e de avanço de posturas como o messianismo e o fatalismo. Assim, o presente estudo contribui para reforçar a importância da luta pela manutenção dos direitos sociais e a valorização do trabalho profissional em um cenário de constantes ataques.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. **Ultraneoliberalismo e bolsonarismo**: impactos sobre o orçamento público e a política social. Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 103-121, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. Cortez Editora, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

BEZERRA, Pedro Henrique Bezerra; LIMA, Jayanne Kely Oliveira. **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e o desmonte das políticas sociais**: reflexões sobre os desafios da plataforma “Meu INSS”. *Temporalis*, [S. l.], v. 24, n. 48, p. 268–284, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n48p268-284>

CAVALCANTE, Itanamara Guedes; OLIVEIRA, Ilma Cristina Silva. **Administração e Planejamento em Serviço Social**. Aracaju: UNIT, 2011.

CFESS. **Sobre a impossibilidade do uso do termo “assistente social” para denominar chatbot de inteligência artificial**. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Gestão “Que nossas vozes ecoem vida-liberdade” (2023-2026). Data de publicação: 19 de setembro de 2024. Acesso em 17 de agosto de 2025. Disponível em: < <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2153#:~:text=O%20CFESS%2C%20no%20exerc%C3%ADcio%20de,em%20iniciativa%20p%C3%ABlica%2C%20acad%C3%AAmica%20ou> >.

COBAITO, Francisco Carlos; COBAITO, Victor Quintães. **SUS–Sistema Único de Saúde: A Gênese, Contemporaneidade, e os desafios do amanhã**. *Inova Saúde*, v. 12, n. 1, p. 160-177, 2022.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (Vol. 3): Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Civilização Brasileira, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DE CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez Editora, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, n. 21, p. 117-140, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. Cortez Editora, 2022.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Escritos políticos. 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. Cortez Editora, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7ª ed. Petrópolis, RJ - Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. Cortez Editora, 2021.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde, v. 4, p. 141-160, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. Cortez Editora, 2017a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Cortez Editora, 2017b.

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma sanitária brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Editora Fiocruz, 2008.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social"**: particularidades no Brasil. Cortez Editora, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”

**ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS
E CONTRADIÇÕES INTERPOSTOS PELA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL**

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.

Artigo recebido em 17 de agosto de 2025.

Revisto pelas autoras 12 de setembro de 2025.

Aprovado para publicação em 24 de setembro de 2025.

Responsável pela aprovação final: Maria José de Oliveira Lima.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”